

Acta da Assembleia Geral de 01/04/2017

No dia um de Abril de dois mil e dezassete, reuniu pelas 15 horas e 30 minutos em sessão ordinária, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Remo, na sede do Clube Naval Infante D. Henrique, em Gondomar. Da Ordem de Trabalhos constavam os seguintes pontos:

1. Apresentação dos delegados nomeados e eleitos com direito a voto, e validação dos seus poderes;
2. Leitura e aprovação da acta da última Assembleia Geral;
3. Aprovação de Contas 2016;
4. Discussão e votação de novas taxas e penalidades;
5. Deliberação sobre a perda de qualidade de associado de clube por incumprimento estatutário;
6. Outros Assuntos

Verificou-se que à hora prevista não se encontrava presente a maioria dos Delegados. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu início à sessão meia hora mais tarde com os Delegados presentes. No cumprimento do ponto 1 da Ordem de Trabalhos, foram validados os poderes dos Delegados. Estiveram presentes vinte e quatro delegados, conforme documento em anexo. (Anexo. 1). Ponto 2; Foi lida a acta da última Assembleia Geral realizada a 10 de Dezembro de 2016. Posta à votação a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando seguimento aos trabalhos, apresentação de contas de 2016, deu o Presidente da Mesa a palavra ao Presidente da Direcção para algumas considerações gerais. Fez a apresentação do Revisor Oficial de Contas (Dra Ana Falé) / Presidente do Conselho Fiscal e da Técnica Oficial de Contas (Dra Ana Tavares), agradecendo a disponibilidade dos próprios na AG com intuito de esclarecer aos Associados quaisquer dúvidas que pudessem sobejar. Nesta intervenção fez menção:

O sucesso da introdução do serviço de pagamentos por MB na plataforma FPR;



O pagamento de cerca de 77.000.00 ao serviço da insolvência;

O crescimento verificado de 155 atletas em 2016;

O remo escolar, e a sua implementação elogiada pelas tutelas do desporto em Portugal;

O insucesso do rendimento olímpico pela não qualificação dos seleccionados;

A revalidação do protocolo com os Jogos Santa Casa;

A crescente qualidade do Torneio 1as Remadas;

O reforço de Credibilidade da FPR junto dos organismos com que se relaciona, como por exemplo o IPDJ, COP, outras FEDERAÇÕES, entre outros;

A melhoria na apresentação dos documentos de contas para análise dos Delegados;

Passou a palavra á Dr.ª Ana Falé que realçou a dicotomia da Realidade Económica *versus* Realidade Financeira da FPR. Houve um equilíbrio operacional entre custos e proveitos, visível por Meios Libertos Operacionais (Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos) de 27 mil €uros positivos, revelando um rigor e cuidado do executivo actual na gestão da FPR. No entanto, não tem sido suficiente para assegurar o serviço da dívida da insolvência (77 m€ no final de 2016, objecto de reserva na CLC) , a ser suportada por verbas extra contrato IPDJ, nomeadamente, protocolo SC ou taxas cobradas aos clubes.

Passada a palavra á Dr.ª Ana Tavares, Contabilidade, nada desejou acrescentar, mantendo-se no entanto á disposição da AG FPR 2017 para os esclarecimentos necessários.

De seguida assistiu-se ao direito de intervenção dos delegados, questionando Paulo Almeida (CNIDH) sobre a verba em Fornecedores Correntes (100.000.00), um acréscimo de mais de 60 m€ face ao ano transacto; Carlos Afonso (ANL) acompanhou a mesma questão.

Luís Teixeira, Presidente da Direção da FPR e a Dr.ª Ana Tavares esclareceram que se deveu á aquisição de barcos escola no valor de 50.000.00 no quadro de apoio do desporto escolar, facturados no final de 2016. Essa dívida foi já liquidada em 2017 com a verba proveniente de contrato programa específico.

Paulo Almeida questionou sobre a não disponibilização do *Parecer do Conselho Fiscal e da Certificação Legal de Contas*.

A Dr.ª Ana Falé, ROC (e Presidente do Conselho Fiscal), esclareceu o porquê do atraso, tendo lido a Certificação Legal de Contas e o parecer do Conselho Fiscal.

Carlos Afonso (ANL) questionou o futuro de actuação da FPR na angariação de financiamento bastante para suporte do desenvolvimento da modalidade: "Clubes? Patrocínios Privados? Estado?". Luís Teixeira, PR da FPR, indicou como possíveis: Programa do COP com 10.000.00 para "caça Talentos"; Desenvolvimento de um Torneio Escolar de Ergómetro; em resumo, a fórmula: "Mais Eventos, Mais Credibilidade igual a Mais Apoios".

Rui Costa (Fluvial) solicitou esclarecimentos ao diferencial na rubrica *Juros e Gastos Similares* (pág. 2 da *Demonstração de resultados*) no valor de 3.621.97, sendo de pronto esclarecido pelos técnicos presentes, a partir do Balancete, como sendo um donativo.

Nada mais se desejando esclarecer, o relatório e contas foi submetido à votação, sendo aprovadas por unanimidade.

E assim, pelas 17h00 se passou ao Ponto seguinte da ordem de trabalhos. A discussão e votação de novas taxas e penalidades aos clubes

Sobres este ponto, esclareceu o PR da FPR a necessidade do aumento das Taxas para incremento dos serviços prestados aos clubes bem como da melhoria contínua dos mesmos.

António Fortuna, técnico da FPR, prestou esclarecimentos sobre a classificação de novos atletas não competitivos; Clubes-escola. Enalteceu novas funções no programa informático da FPR ao serviço dos Clubes como por exemplo a possibilidade de gerar currículos desportivos, quer por clube, quer mesmo por atletas. ~

Luís Teixeira, PR da FPR, procurou resumir as alterações às taxas em vigor:

Inscrições de atletas na FPR: (valores em euros)

Juvenis, de 6 passará a 10

Juniores, de 10 passará a 15

Seniores, de 12 passará a 20

Veteranos, sem alteração proposta, mantém-se nos 20

Inscrições em Regata Nacional:

Juvenis, de 3 para 4

Juniores, de 5 para 8

Veteranos de 7 para 12

Individuais 20

Desistências após terminadas as inscrições:

Barco 10

Atleta 2

Rui Costa (FLUVIAL) interveio, sinalizando a inexistência de uma comunicação prévia á AG, com estes dados, que possibilitasse a análise dos clubes sobre este assunto.

O PR da AG da FPR fez um resumo das propostas elencadas, abrindo de seguida o espaço para discussão das mesmas.

Carlos Gesta (CDUP) questionou sobre o pagamento por atleta desdobrado e o financiamento aos clubes. Respondeu o Vice-Presidente da FPR, alertando, que não irá existir apoio aos clubes; Que estas taxas não serão diferentes da generalidade promovida noutros desportos; Que estes aumentos serviriam para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clubes.

Por seu Clube (CNIDH), Paulo Almeida alegou não fazerem sentido as penalizações por alterações às tripulações.

Sérgio Ferreira (ANL) questionou o preço para os Veteranos.

Rute Costa (Ginásio Figueirense) sugeriu, perante as realidades dos clubes, que a FPR procurasse apoios privados e não liquidez através da sobrecarga com taxas aos clubes associados.

Manuel António (FLUVIAL) deu o exemplo de recuperação do seu próprio Clube. Sugeriu penalizações para a FPR quando esta não cumprisse deveres para com os seus associados. Aconselhou contenção de despesas por parte da FPR; Desconsiderou a mais-valia do programa informático na sua grandeza, apresentada à AG como uma das contrapartidas aos clubes pelos montantes pagos em Taxas e Inscrições.

O Presidente da FPR reafirmou que a contenção de custos era uma realidade desde sempre neste elenco directivo, visível na dimensão do staff nos anos anteriores à insolvência e o actua, e, na quantidade e na qualidade do trabalho desenvolvido.

O Caminhense pelo seu delegado Rui Canas, assumiu como impossível, pelo menos por parte do seu clube o pagamento destas novas alterações propostas. O seu colega de clube Pedro Fernandes, entendeu os aumentos propostos como segregadores da modalidade, acessível só às elites.

Luís Esteves (VRL), perante esta proposta de alteração, concluiu que serão os clubes, e dentro destes os maiores, a suportar o financiamento da FPR extra contratos programa. Enalteceu o esforço dos elementos da direcção da FPR, mas afirmando que o VRL não tinha condições para aceitar estes valores

Carlos Afonso (ANL) assumiu o receio do esvaziar de atletas nas provas nacionais organizadas pela FPR.

Por seu turno, Pedro Vilarinho (Galitos) afirmou que face á realidade financeira de um clube com 60 a 70 atletas, como acontece na sua secção náutica, o cumprimento atempado das suas obrigações perante fornecedores, inclusive a FPR, obrigará a restringir a presença nas competições nacionais aos melhores atletas, diminuindo assim em cerca de 75% a frequência do calendário nacional.

Joana Branco, pelo Naval Barreirense, considerou favoravelmente a proposta da Direcção da FPR.

Finalmente, foi submetida à votação, tendo recolhido um voto favorável (Naval Barreirense), 4 abstenções e 19 votos contra.

Fizeram Declaração de Voto:

Ginásio Figueirense – a favor do aumento das taxas, mas mais moderado.

A mesma foi subscrita pelo CDUP, VRL, Académica e ANL.

O Presidente da FPR concluiu com: “ A realidade da dívida esmaga qualquer Gestão e os Clubes e a entidade que os agrega, a Federação, terão que enfrentá-la até à sua extinção, no cenário mais optimista, daqui a seis anos.”

O ponto 5 da Ordem de Trabalhos foi retirado da Mesa.

Passou-se de imediato ao ponto 6 “outros assuntos”

O Presidente da Direção propôs a atribuição de Troféu Nacional Henrique Baixinho para o Skiff em reconhecimento à carreira singular deste atleta. Votado favoravelmente por todos os presentes, a iniciar já nos CNV 2017.

Rui Canas (Caminhense) alertou para a necessidade de uniformizar de norte a sul o Torneio das Primeiras Remadas.

Pelo CNIDH, Paulo Almeida, tomou a palavra para referir que o documento apresentado anteriormente sobre o Torneio Primeiras Remadas aguardava uma actualização que ainda não tinha acontecido.

O VRL, pelo seu Presidente, acompanhou na essência as palavras do Paulo Almeida sobre a Final Nacional de 1as remadas.

Rui Costa (ARN) esclareceu as dificuldades, sobre este assunto, com o atraso eleitoral que se verificou na Associação de Remo do Norte e posterior articulação de todo o calendário desportivo anual.

Albino Silva (ANT) sugeriu a dispensa da leitura em AG da acta da anterior reunião dada a sua publicação no site federativo.

Agradecendo a disponibilidade e cordialidade de todos os participantes, bem como a boa qualidade das intervenções dos mesmos, para além da serenidade com que se desenrolaram os trabalhos, encerrou a AG 2017 da FPR, pelas 18h25 do mesmo dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Remo.

O Presidente



António Pedro Vieira Nunes

Paulo Vilarinho (delegado do Clube dos Galitos, em substituição dos secretários, a convite do Presidente)



O 1º Secretário (ausente)
O 2º Secretário (ausente)